

DOCÊNCIA E ASSISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: RELAÇÕES ENTRE PROFESSORES REGENTES, PROFESSORES AUXILIARES E PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

Paula Roberta Galvão Simplício ¹
Thiago Eduardo Freitas Bicalho ²

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as relações educacionais estabelecidas entre professores regentes, professores auxiliares e profissionais de apoio escolar a fim de constatar as dificuldades e desafios enfrentados pelos educadores nesta modalidade. Optou-se por adotar uma abordagem qualitativa nesta pesquisa científica categorizada de forma exploratória como tipo de pesquisa. Em relação aos procedimentos, adota-se a pesquisa empírica. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, o qual foi aplicado aos professores que atuam em uma rede pública municipal de Alagoas. A pesquisa, embasada nos princípios da educação especial e inclusiva, busca oferecer insights sobre a dinâmica do trabalho docente nessa modalidade, além de examinar as diretrizes oficiais que orientam tal prática. Apresentam-se como resultados as dificuldades apresentadas por cada ator envolvido e as possíveis alternativas para suprir o gargalo da aprendizagem dos estudantes atendidos pela educação especial. A análise aponta para a dificuldade do planejamento coletivo das atividades educacionais, bem como destaca os benefícios das estratégias específicas implementadas no contexto da educação especial. Conclui-se que a formação inicial dos profissionais envolvidos na educação especial e a sua forma de relação com as crianças exercem um impacto significativo no desenvolvimento educacional e escolar dos alunos atendidos nesta modalidade, bem como no processo de inclusão educacional e social.

Palavras-chave: Educação, Educação Especial, Docência, Desafios educacionais.

¹ Mestra em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, paularoberta.gs@gmail.com;

² Mestre em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, contato@thiagobicalho.com.br;

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão visa investigar as relações estabelecidas entre professores regentes, auxiliares e profissionais de apoio escolar no contexto da educação especial. Este estudo foi motivado pela necessidade de compreender as dinâmicas e os desafios enfrentados por esses profissionais, que desempenham papéis cruciais na inclusão de estudantes com necessidades especiais. O foco central recai sobre a identificação das dificuldades enfrentadas por esses educadores na implementação de práticas inclusivas, considerando tanto a interação entre os diferentes atores quanto o impacto que essas relações têm no processo educacional.

A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e empírica, buscando lançar luz sobre uma realidade específica: uma rede pública municipal de Alagoas. A opção por esse tipo de abordagem permitiu uma análise mais profunda das experiências vivenciadas por professores e auxiliares no dia a dia da educação especial, ressaltando as dificuldades de planejamento coletivo e execução de atividades que garantam a aprendizagem efetiva dos alunos. Ao explorar essas relações, a pesquisa se debruça sobre o papel fundamental dos profissionais envolvidos na construção de um ambiente inclusivo.

A revisão de literatura realizada no estudo oferece um panorama das pesquisas anteriores relacionadas à educação especial e às práticas inclusivas, apontando a necessidade de um olhar atento para as interações entre os diferentes profissionais que atuam na área. Autores como Alias, Brito e Campbell contribuíram para a compreensão teórica que embasou a pesquisa, direcionando as análises para a questão central: como essas relações profissionais impactam a qualidade do ensino e o desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais.

Por fim, o estudo também procurou examinar como a formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos influencia diretamente sua prática pedagógica. Os questionários aplicados aos docentes trouxeram à tona as percepções dos educadores sobre as dificuldades que enfrentam no planejamento conjunto e na implementação de atividades específicas para alunos da educação especial, destacando a importância de uma formação sólida e contínua que lhes permita enfrentar os desafios da inclusão escolar e social com mais eficácia.

METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido seguindo uma abordagem qualitativa, pois o desejo dos autores é de ampliar a compreensão sobre a forma de atuação de um grupo social (Gil, 2002), compreender as relações educacionais presentes entre os professores regentes, os professores auxiliares e os profissionais de apoio escolar a fim de constatar as dificuldades dos profissionais na Educação Especial.

Para proporcionar "maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito" (Gil, 2002, p. 41) na realidade dos docentes da educação especial, os objetivos desta pesquisa foi definido como caráter exploratório. Com isso, as relações educacionais estabelecidas entre os docentes e os profissionais de apoio escolar serão evidenciadas em uma realidade municipal de Alagoas e poderá lançar luz para outras pesquisas sobre a temática.

A delimitação da problemática deste artigo inicia as aproximações teórico-conceituais necessárias para o contexto da pesquisa, além de situar o leitor sobre os fundamentos utilizados para as análises empíricas, auxiliam ainda no entendimento da questão e dos objetivos de pesquisa apresentados na introdução.

A revisão da literatura foi o procedimento adotado para apresentar um breve cenário das pesquisas já realizadas sobre o tema central da investigação e a pesquisa teórica buscou por conceitos e abordagens sobre a docência na educação especial e as relações estabelecidas com os profissionais de apoio escolar (ALIAS, 2016; BRITO, 2016; CAMPBELL, 2016; SILVA, 2012).

Em uma segunda etapa da investigação apresentada neste artigo foi realizada uma pesquisa empírica junto a uma rede pública municipal do estado de Alagoas. A pesquisa empírica situa-se no campo das ciências da educação, tendo sua concentração na educação especial e inclusiva como mecanismo de identificação das relações através da atuação dos docentes e profissionais de apoio escolar. Seguindo os preceitos de Chaer *et al*, a abordagem desta pesquisa realiza a utilização de questionário para sintetizar “uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade” (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p. 260) como forma de descobrir como funciona as relações na educação especial.

Para a obtenção dos dados foi realizada a delimitação do universo da pesquisa, de forma não estatística e mediante a acessibilidade dos participantes da pesquisa mediante um processo de formação organizada por uma rede pública municipal de Alagoas, na qual os pesquisadores foram convidados a realizar a coleta das informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a docência e acompanhamento na educação especial a presente fundamentação teórica aborda aspectos legislativos sobre a educação especial, os desafios dos professores na educação especial e inclusiva, as equipes multidisciplinares e as atuações escolares.

No Brasil, a Educação Especial começou a ser pautada nas políticas públicas na década de 1960, em meio às discussões da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O atendimento a estudantes denominado "excepcionais" ficou registrado nos artigos 88 e 89 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, que é a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. A nova versão da Lei de Diretrizes e Bases, publicada em 1971 no regime ditatorial, tinha somente o artigo 9.º dedicado à Educação Especial. Um acontecimento relevante é a criação do Centro Nacional de Educação Especial - Cenesp, primeiro órgão público federal destinado à Educação Especial, que foi criado por meio do Decreto n.º 72.425 de 3 de Julho de 1973.

Neste período o conceito de educação especial ainda não estava bem definido, algo que nem mesmo o Cenesp conseguiu alcançar. Inspirados nos escritos de Campbell (2009), a sociedade mudou sua postura e ampliou a participação nos destinos da educação durante as décadas de 1980 e 1990 e, com isso, nasce o novo modelo democrático de gestão escolar compartilhado entre os profissionais da educação (professores, diretores), pais, estudantes e comunidade. A Constituição Federal de 1988 contribuiu com a discussão de vários direitos democráticos e algumas ações referentes à Educação Especial começaram a mudar. Ela começa a ser vista de forma integrada a uma educação para todos, visto que até então essa educação funcionava como algo à margem do sistema educacional comum.

Um marco que transformou consideravelmente a educação especial foi a publicação da Declaração de Salamanca, em 1994, que recomendava a inclusão de “todas as crianças” nas escolas regulares. Tal declaração, nas opiniões de Alias (2016), teve grande influência sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996) fazendo com que todas as escolas se adaptarem para receber todos os estudantes, independentes de suas características sociais.

Atualmente, a escola deve se ajustar para acolher o aluno, uma vez que a educação é um direito fundamental. Isso acarreta inúmeras mudanças de estratégias educacionais de gestão, acompanhamento nos aspectos pedagógicos pelos coordenadores e na atuação em sala de aula. Portanto, no aspecto da legislação, a LDBEN estabelece as diretrizes e bases da educação do Brasil contemplando em todo o seu capítulo V à Educação Especial, definindo-o logo no seu primeiro artigo e determinando os serviços de apoio especializado e como o atendimento educacional deverá ser oferecido.

É incontestável o papel dos professores no processo de aprendizagem de todos os estudantes, incluindo os alunos com algum transtorno ou déficit de aprendizagem, sendo esse apoio fundamental para ampliar a autonomia e desenvolver competências nos alunos.

Na sala de aula, consideramos aqui como o professor regente aquele responsável por conduzir todo o processo de aprendizagem iniciando com a organização do ambiente, perpassando a condução dos alunos as orientações específicas as atividades. Para nortear a sua prática, o professor tem como apoio o projeto pedagógico da escola, que indica ações que ele deverá assumir diante da diversidade presente na sala de aula. Todavia, o dinamismo e as mudanças constantes na sociedade apresenta a necessidade de outros atores para contribuir com esse processo.

Antes de falar dos demais atores educacionais vamos discutir os desafios dos professores na educação especial e inclusiva. O primeiro grande desafio dos professores é proporcionar uma sala de aula de cooperação e oportunidade para todos os alunos respeitando sua diversidade. Com isso, constatamos que “as salas de aulas inclusivas são aquelas que promovem aceitação e equidade, que valorizam a capacidade que todos os indivíduos possuem para aprender e contribuir com a sociedade” (Silva, 2012, p. 103). O profissional atuante na educação especial precisa estar disposto a avaliar e reavaliar suas ações constantemente buscando formas distintas de ensinar, avaliar e organizar a sala de aula para garantir que o ambiente está propício para atender as necessidades dos estudantes.

Inúmeros desafios poderiam ser relacionados a estes professores, como:

- Resistência de outros profissionais ou até mesmo de outros professores em aceitar a inclusão escolar;
- Buscar permanente a formação continuada e aprendizagem específica sobre o tema;

- Obter apoio dos gestores da escola na implantação de uma educação inclusiva de qualidade para todos;
- Conhecer as necessidades educacionais do seu aluno, saber o que ele já domina e quais são as possibilidades de desenvolvimento;
- Fazer com que os estudantes com distúrbios de aprendizagem se sintam pertencentes àquela sala de aula

Nesse sentido, Silva (2012) explica que a inclusão escolar precisa garantir o acesso a um ensino regular de qualidade, para que todas as necessidades sejam consideradas e supridas. Para isso, além de um discurso de escola para todos, a escola precisa de profissionais especializados e que os professores sejam formados para responder da melhor maneira possível a diversidade em sala de aula.

Associando aos estudos de Campbell (2016, p. 158), o professor precisa urgentemente “descer de seu pedestal e admitir que não se considera capaz de lidar, sem o apoio de colegas ou profissionais de áreas afins, com a diversidade de problemas que se apresentam em seu cotidiano”. Com isso o papel do professor na educação inclusiva é assumir as suas dificuldades e compartilhar com seus colegas ou profissionais da área para juntos buscarem um caminho para atenderem com qualidade às necessidades educacionais do estudante.

Um dos atores que fazem parte deste processo são os professores auxiliares de educação especial, ou somente professores auxiliares, que são disponibilizados pela política de Atendimento Educacional Especializado - AEE que é um serviço de educação especial criado na rede regular de ensino para organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade (BRITO, 2016).

O AEE visa eliminar as barreiras que dificultam a participação dos estudantes com algum tipo de necessidade. Assim, o profissional que atua nessa perspectiva "faz a complementação e/ou suplementação da formação do estudante que possui necessidades educativas especiais, com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela" (BRITO, 2016, p. 24). Cabe destacar que a Meta 4, do Plano Nacional de Educação - PNE, refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e que existe nas políticas públicas o objetivo do trabalho especializado.

Além do AEE, o profissional de apoio escolar é muito importante no acompanhamento e atendimento às necessidades individuais dos alunos. Muitas vezes denominados como cuidadores, são pessoas que acompanham os alunos nas suas interações extra sala de aula, seja nos espaços coletivos de refeição e brincadeiras até no apoio ao deslocamento destas crianças no transporte escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão deste artigo versa sobre a aplicação do questionário realizado em um dos municípios do estado de Alagoas. O questionário foi aplicado no mês de fevereiro de 2024, durante uma formação continuada, na qual os autores estavam envolvidos. Foram obtidas 93 respostas ao questionário não se prendendo ao universo e sendo utilizada de forma qualitativa para a análise dos dados desta investigação.

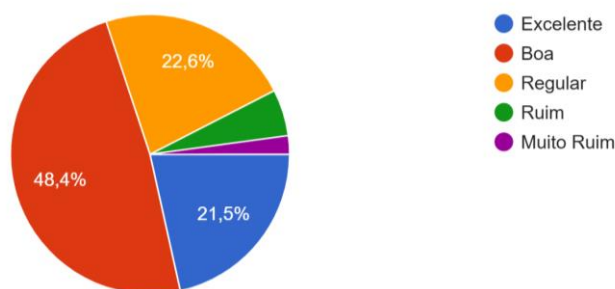
Em relação ao perfil e característica dos entrevistados podemos afirmar que, em relação aos cargos dos respondentes, 72% são Profissionais de Apoio Escolar (PAE), 18,3% são Professores Auxiliares de Educação Especial, 5,4% são Professores Regentes, 3,2% são Intérpretes de Libras/Braille e 1,1% ocupava um cargo de gestão. Dos respondentes, em relação ao tempo de serviço no cargo, 44,1% estavam em atividade de 1 a 3 anos, 22,6% a mais de 5 anos de atividade, 18,3% a menos de um ano e 15,1% de 3 a 5 anos de atividade.

Estes dados referente ao perfil dos professores nos apresenta uma estabilidade dos profissionais que atuam na educação especial, visto que apenas 18,3% estavam a menos de um ano no cargo. É importante compreender que a rede analisada passou por uma expansão dos programas de educação especial no ano da investigação, o que levou à contratação de novos profissionais. O número expressivo de profissionais de Apoio Escolar - PAE, que comumente são denominados cuidadores, se deve à estratégia municipal de suprir as necessidades dos estudantes com um PAE para acompanhar os alunos com maior dificuldade ou necessidade de apoio.

Para compreender a relação entre os professores regentes, professores auxiliares de educação especial e profissionais de apoio escolar foram realizadas perguntas relacionadas à comunicação, planejamento, envolvimento dos colegas e da gestão, uma avaliação dos recursos e os principais desafios do trabalho com os estudantes.

No que se refere a comunicação entre os profissionais, menos de 10% avaliam como negativa a comunicação, sendo 5,4% ruim e 2,2% muito ruim. Entretanto, nos chama a atenção o fato de 48,4% relatar boa e não excelente, o que demonstra uma certa resistência quanto às relações, conforme gráfico I.

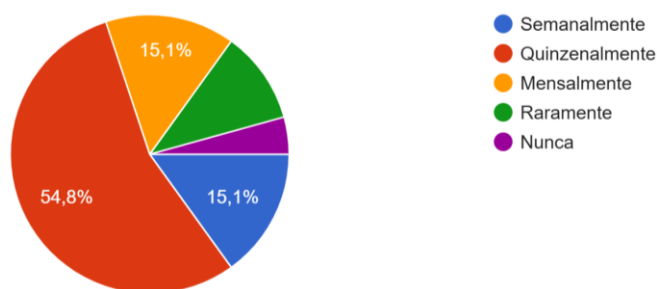
Gráfico I - Comunicação entre os Professores Regentes, AEE e PAE



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2024

No que se refere a frequência de reunião dos profissionais, aproximadamente 15% apresenta um dado preocupante de raramente ou nunca realizar esse tipo de reunião. Enquanto isso, 69,9% dos respondentes fazem a reunião mensalmente e quinzenalmente, o que não consideramos adequado visto que as aulas sofrem mudanças recorrentes sendo preciso realizar intervenções para a melhoria do aprendizado. A síntese das respostas estão relatadas conforme gráfico II.

Gráfico II - Frequência das Reuniões de Planejamento entre os Profissionais

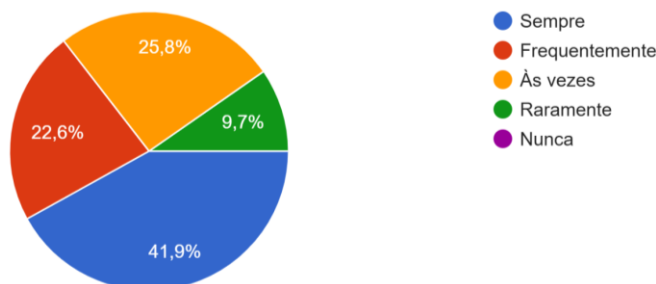


Fonte: Elaborado pelos Autores, 2024

Surpreendendo as hipóteses iniciais da pesquisa, no município investigado, 41,9% dos profissionais sempre se sentem apoiados nas atividades inclusivas, seguido por 25,8% que consideram-se apoiados às vezes, 22,6% se sentem apoiados frequentemente e 9,7%

se sentem raramente apoiados. A síntese das respostas estão relatadas conforme gráfico III.

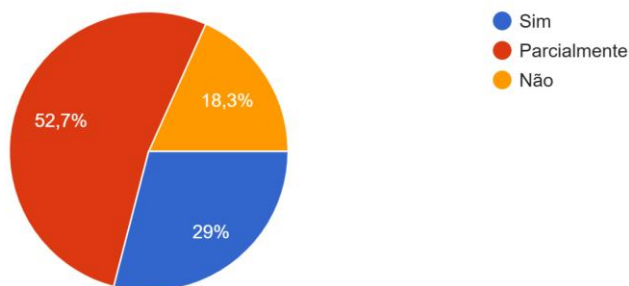
Gráfico III - Sentimento de Apoio nas Atividades Inclusivas



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2024

Um fator preocupante e que necessita ser investigado em pesquisas posteriores são os recursos disponíveis para realização de um trabalho eficaz na educação especial e inclusiva. Dos respondentes, 71% afirmam que não possuem ou que possuem parcialmente os recursos necessários. Isso aponta a necessidade de investimentos educacionais em equipamentos e salas adequadas a todos os estudantes. A síntese das respostas estão relatadas conforme gráfico IV.

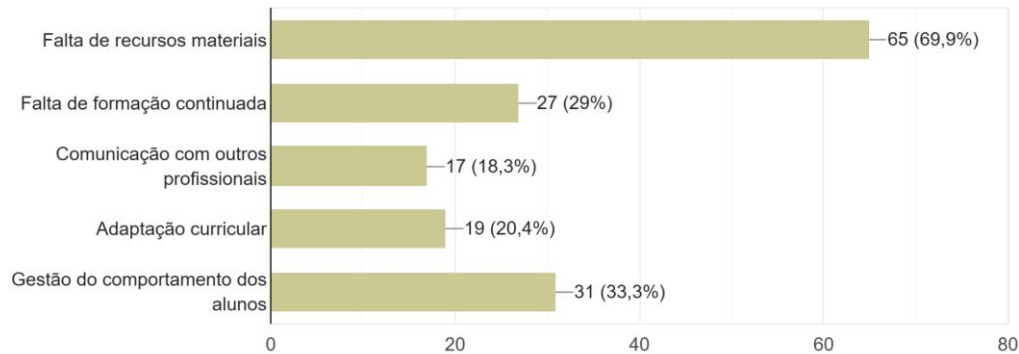
Gráfico IV - Possui recursos necessários para um trabalho eficaz



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2024

A qualificação da falta de materiais foi relatado nos desafios enfrentados pelos profissionais para atuar com os estudantes, onde figurou fortemente a falta de recursos materiais, a necessidade de gestão do comportamento dos estudantes e a ausência de formação continuada. A síntese das respostas estão relatadas conforme gráfico V.

Gráfico V - Principais desafios com os estudantes atendidos pela Educação Especial



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2024

Nesta investigação inicial e exploratória foi possível constatar gargalos de estrutura e apoio educacional assim como nas relações entre os diferentes atores do processo educacional.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem, por meio de questões abertas e múltiplas, foram constatado por vários professores a necessidade de recursos e materiais didáticos, a ampliação do trabalho em equipe, uma distribuição maior dos alunos para evitar salas superlotadas, a necessidade de formações específicas e da atuação de multiprofissionais nas escolas.

Quanto às possíveis alternativas para suprir o gargalo da aprendizagem dos estudantes atendidos pela educação especial foram relatadas a necessidade de ampliar as capacitações, ampliação das salas de recurso, materiais específicos para cada divergencia, o suporte e apoio dos demais profissionais, a participação das famílias e um maior apoio pedagógico.

Por fim, quanto aos os benefícios de estratégias implementadas especificamente na educação especial foram constatadas práticas de desenvolvimento de atividades lúdicas, a adaptação das atividades de forma correta, utilização de práticas desenvolvidas por empresas parceiras e o trabalho adaptativo e em equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa refletem a relevância dos achados relacionados às relações entre os professores regentes, auxiliares de educação especial e profissionais de apoio escolar na educação especial. Os dados obtidos por meio do questionário aplicado em uma rede pública municipal de Alagoas revelaram aspectos essenciais sobre a dinâmica desses profissionais, que impactam diretamente o processo de inclusão e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Um dos pontos críticos identificados foi a falta de recursos materiais adequados, mencionada por 71% dos entrevistados. Esse déficit compromete a qualidade do trabalho dos profissionais e, conseqüentemente, o aprendizado dos estudantes. Além disso, foi relatada a necessidade urgente de melhorias na comunicação e no planejamento coletivo entre os educadores, uma vez que as reuniões não ocorrem com a frequência necessária para ajustar as práticas pedagógicas conforme as mudanças constantes no contexto educacional.

Outro achado importante refere-se ao apoio que os profissionais recebem para desenvolver atividades inclusivas. Embora 41,9% dos respondentes tenham indicado sentir-se sempre apoiados, um número significativo de professores ainda reporta um suporte insuficiente. Isso sugere a necessidade de maior envolvimento das equipes gestoras e de um trabalho colaborativo mais consolidado para que o suporte pedagógico seja mais eficaz e constante.

Por fim, a pesquisa aponta para a importância da formação continuada e especializada como uma solução central para enfrentar os desafios encontrados na educação especial. Capacitações periódicas, maior participação de profissionais multiprofissionais, e um suporte pedagógico adequado são fundamentais para que os profissionais da educação especial possam oferecer um atendimento de qualidade, promovendo, assim, uma inclusão verdadeira e eficaz.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os professores e profissionais respondentes desta investigação e a rede municipal de Alagoas que abriu as portas para a possibilidade da

investigação. Que os resultados auxiliem vocês a mudarem as práticas e avancem na educação municipal.

REFERÊNCIAS

ALIAS, G. **Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial: princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva**. São Paulo: Cengage, 2016

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988**. Presidência da República - Casa Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 72.425, de 3 de Julho de 1973**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 6426, 4 set. 1973.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRITO, D. M. de. **Fundamentos pedagógicos para o trabalho com portadores de necessidades especiais**. São Paulo: Cengage, 2016.

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2. ed, 2016.

CHAER, G. DINIZ, R. R. P. RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <https://ojs.uniaraxa.edu.br/index.php/evidencia/article/view/201> Acesso em: 15 jun. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.